

## Terminologias Trans

Utilizaremos vários conceitos para localizar e problematizar as transexualidades e as identidades trans. Contudo, saliente-se que não se pretende eleger uns conceitos em detrimento de outros, como se os eleitos aqui fossem os que representam todas as realidades das pessoas que não conformam as normas de gênero (Rodrigues, 2016). Os conceitos podem conferir compreensão à realidade, mas as experiências concretas de vida das pessoas moldam e redefinem aqueles conceitos (Missé, 2014). Nesta medida, assume-se aqui um conjunto de conceitos, considerando que estes serão sempre provisórios e falíveis (Missé, 2014). Há muitas maneiras de falar de transexualidades, porque há muitas maneiras de conceber as experiências que temos sobre as normas de gênero e as suas rupturas (Rodrigues, 2016). Assim, apresentaremos uma breve contextualização histórica dos conceitos que têm circulado à volta das identidades de gênero não normativas nas

sociedades ocidentais, entendendo que esta diversidade terminológica é fruto do contexto social e histórico e demonstra justamente a coexistência de diferentes construções sociais relacionadas com estas identidades (Platero, 2014). Apresentam-se ainda as designações que têm sido adotadas neste trabalho e a justificação dessas mesmas opções.

A identidade de gênero pode ser definida como um conjunto de atitudes e de comportamentos face às construções sociais de gênero. Essa identidade pode pressupor a identificação com os conceitos de feminilidade e de masculinidade (Brandão, 2008; Oliveira, 2010; Platero, 2014), bem como o rompimento com ambos os conceitos.

A identidade de gênero possibilita-nos (re)conhecer a diversidade de pessoas que permeia as construções socio-culturais dos gêneros. As pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi designado no nascimento têm sido nomeadas como “transexuais”, “travestis”, “trans(gênero)” e “trans”. Em paralelo, as pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi designado no registo de nascimento têm sido designadas (principalmente a partir do ativismo trans) como pessoas “cissexuais”, “cis(gênero)” e “cis”<sup>1</sup> (e.g., Cabezas, Ortega & Galán, 2013; Jesus, 2012; Platero, 2014; Saraiva, 2014).

Quando se aborda as questões de identidades ou expressões de gênero não conformes o sexo, surgem vários conceitos associados como “gender variant” (“variante de gênero”). Alguns/as autores/as propõem a utilização deste conceito, precisamente, para designar as crianças e os/as jovens que ainda não se autodesignaram (e.g., Fernández-Fígares, 2013; Platero, 2014).

---

1 Ainda que neste trabalho se problematize a utilização destes conceitos em torno da identidade conforme o gênero como uma forma de reduzir as experiências não trans a uma ideia de homogeneidade (já que também nas identidades de gênero conforme o sexo existe pluralidade de expressões de gênero), privilegia-se aqui a utilização do termo “cis” e das suas derivações porque este conceito surgiu no âmbito do ativismo trans como forma de identificar os sistemas de opressão que oprimem as pessoas que não conformavam as normas de gênero. No entanto, destaque-se que a construção do gênero (a viagem do gênero) é muito mais plural do que a sua estreita (e redutora) associação às categorias de “trans” e de “cis” (Rodrigues, 2016).

Inúmeras crianças que não conformam as normas de gênero têm experienciado o gênero de forma criativa, não reduzindo as suas experiências ao binarismo de gênero. Para além da não conformidade com as normas de gênero, estas vivências incluem a possibilidade de se construir um gênero fluído e experiências de gênero não binárias (Ehrensfat, 2011).

Em relação à(s) transexualidade(s), a forma de entender o termo “transexual” que é hoje mais comumente aceite (ainda que pelo modelo médico) é aquela que fora avançada, em 1966, por Harry Benjamin. Benjamin (1966) criou uma escala para estabelecer várias tipologias da experiência de não conformidade de gênero (Platero, 2014).

O conceito “transexual” popularizado por Benjamin (1966) é entendido como remetendo para as pessoas que vivenciam e/ ou expressam uma não conformidade entre o sexo que lhe foi designado no nascimento e o gênero ao qual sentem pertencer, desejando modificar o seu corpo e, inclusive, submetendo-se à cirurgia de redesignação sexual. Este conceito surge, precisamente, com a preocupação de distinguir o que seriam as pessoas transexuais das pessoas “travestidas” (aquelas que apenas desejavam alterar a sua performance de gênero e não o seu corpo “biologicamente”) (Missé, 2014).

Se na década de 1960 houve dificuldade em definir o conceito de “transexual”, tal dificuldade persiste atualmente, não havendo consenso nem na comunidade científica, nem entre as pessoas que, de modos diversos, vivenciam experiências e/ ou identidades trans. Alguns/as autores/as sustentam que o conceito de “transexual” se refere àquelas pessoas que entendem que não há correspondência entre o sexo designado no registo de nascimento e o gênero por elas eleito e que desejam modificar o seu corpo através de procedimentos hormonais e/ou cirúrgicos. No entanto, nem todas as pessoas transexuais fazem essa modificação corporal. Isto supõe que se poderia denominar por transexuais as pessoas que consideram ser necessária a transformação no seu corpo, embora não a tenham feito por razões económicas, de saúde ou por serem menores de idade (e.g., Coll-Planas, 2010). Outros/as autores/as reforçam que para identificar uma pessoa como “transexual”, para além da não conformidade entre o

gênero eleito e o sexo designado no nascimento, o desejo e a consequente mudança hormonal seriam “suficientes”, não sendo “necessária” a cirurgia de redesignação sexual (e.g., Oliveira, 2010).

Susan Stryker (2008) define o conceito de transexualidade como abarcando aquelas pessoas com não conformidade entre o sexo designado ao nascer e o gênero que elegem, as pessoas que cruzam as fronteiras que são designadas por uma determinada cultura ou sociedade dos padrões apropriados de feminilidade e de masculinidade. Stryker (2008) refere também que a transexualidade - mais do que circunscrever as pessoas que adotam uma trajetória determinada de transição de gênero pré-determinada - corresponde à vontade de desejar viver com o gênero eleito, longe do sexo designado no nascimento.

Outros/as autores/as referem que, de forma progressiva, o conceito “transexual” está a ser substituído pelo termo “trans”, no sentido de utilizá-lo de forma mais ampla, reconhecendo os trajetos de vida heterogêneos das pessoas com não conformidade entre o sexo e o gênero<sup>2</sup> e que nem sempre almejam modificações corporais (Platero, 2014), nomeadamente a cirurgia de redesignação sexual.

Em 1979, Virginia Prince marca a viragem de paradigma para a compreensão das identidades não conformes ao gênero. Prince (2005) conceptualiza o termo “transgênero” para distingui-lo do de “transexual”, definindo um contínuo entre “transexualidade” e “travestismo”, não o definindo de forma ampla como Leslie Feinberg (1992), na sua obra *Transgender Liberation: a movement whose time has come*, passa a designá-lo.

Feinberg (1992) assume o conceito de “transgênero” para designar as pessoas que, por não corresponderem às normas de gênero so-

---

2 O termo transição de gênero é usado, frequentemente, para referir o processo pelo qual se adota o gênero eleito em detrimento do sexo designado no nascimento, escolhendo apresentar-se em termos da sua identidade de gênero. Este processo é individual (com desejos e expectativas próprias de corpos e de identidades) e, por isso, heterogêneo. Esta heterogeneidade é central nas opções de vida que adotam as pessoas com uma não conformidade entre o sexo designado no nascimento e o gênero eleito (Platero, 2014). Trata-se, pois, de uma heterogeneidade que o modelo médico tende a negligenciar e a não legitimar.

cialmente impostas, eram marginalizadas e oprimidas. Este conceito rompe com a patologização confinada às identidades de gênero não conformes e desloca-as para um lugar de valorização da diversidade de expressões e identidades de gênero (Hausman, 1995; Nieto, 1998; Missé, 2014; Platero, 2014).

Alguns/as autores/as usam o conceito de “transgênero” (também adotado como “transgenderismo”, advindo do contexto anglo-saxónico) como um termo guarda-chuva, onde se incluem todas aquelas pessoas que não apresentam uma correspondência entre o sexo e o gênero e que constroem as suas identidades ou expressões de gênero de forma fluída, sem recorrerem necessariamente a modificações corporais (e.g., Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2010; Platero, 2014). Importa reforçar que estas designações não são produzidas no vazio, mas emergem num determinado contexto histórico e geográfico e, por isso, tentam espelhar a realidade desses lugares e não extrapolam para outros espaços com uma história e uma localização marcadamente diferentes.

Em 1990, na América Latina, nomeadamente no Brasil, surge organizadamente o movimento travesti. Este movimento constrói-se em oposição ao modelo médico de categorização das identidades de gênero que não conformam as normas de gênero, reivindicando novos espaços de reconhecimento, para além da ocupação circunscrita aos lugares das margens (Missé, 2014; Oliveira, 2014; Teixeira, 2013). O conceito de “travesti” no contexto brasileiro refere-se às mulheres que foram designadas no nascimento com o sexo masculino, que têm uma não conformidade entre o sexo e o gênero e que vivem de forma estável a identidade de gênero eleita, transformando os seus corpos a nível hormonal e/ou cirúrgico (Balzer, 2010). A construção da travesti é própria do contexto brasileiro e, por isso, ao designar este conceito, exceto nas situações em que haja necessidade de especificar outras implicações, reportar-se-á sempre a esta realidade.

Foi a partir desta construção que se incluiu no presente trabalho o conceito de “travesti” (do contexto brasileiro) em detrimento dos conceitos de “travestismo”, “cross-dresser” e “travesti” (do contexto português). No contexto europeu e português, os conceitos de

“travestismo”, “cross-dresser” e “travesti” designam as pessoas que se vestem e se expressam do gênero oposto ao sexo designado no nascimento, mas não de forma estável, pelo que não modificam o seu corpo para se ajustar às normas de gênero impostas socialmente (Coll-Planas, 2012; Garaizabal, 2010).

Os conceitos mudam consoante as épocas e os contextos onde estão alojados, como de resto tem sido exposto até este momento do nosso trabalho; por isso, ao assumir os termos “transexual” e “travesti”, importa reconhecer os seus lugares de surgimento e experiência. Ainda que neste trabalho se reconheça estes conceitos nos seus contextos históricos e geográficos, falar-se-á de um outro termo que tem sido também utilizado para designar as pessoas “transexuais” e “travestis”: o conceito de “trans”.

Com efeito, utiliza-se o termo “trans” em substituição de “transexual” (proveniente do contexto médico) e de “transgênero” (advindo do ativismo) (Oliveira, 2014; Platero, 2014).

Diferentemente dos conceitos anteriores, o termo “trans” emergiu recentemente e tem sido alargado globalmente. Surge a partir de um olhar crítico que reconhece a heterogeneidade das pessoas que não conformam as normas de gênero. Embora assumam a sua diversidade, as pessoas trans podem constituir-se como aliadas nas lutas sociais (comuns) com vista à consecução de direitos fundamentais (Platero, 2014).

O termo “trans” engloba outras experiências, nomeadamente as pessoas travestis, transexuais e transgênero (ATTTA, n.d.; Missé, 2014). No entanto, nem todas as pessoas se autoidentificam da mesma forma e, por isso, é importante assumir também para o conceito “trans” a instabilidade desta categoria (Bento, 2008; Moreira, 2014; Oliveira, 2014; Platero, 2014; Teixeira, 2013). As identidades “trans” não são, de facto, naturais, fixas e estáveis; ao invés, são definidas historicamente e não “biologicamente”, por se materializarem em determinado contexto histórico e geográfico que ao materializá-las lhes confere significado (Hall, 1996; Lopes, 2014).

O conceito de “trans” espelha a história da viragem de um paradigma de diagnóstico que classificava as pessoas com não con-

formidade de gênero como patológicas, atribuindo-lhes “disforia de gênero”, para uma nova abordagem que reconhece o direito das pessoas a autodesignarem-se (Platero, 2014). Este conceito está muito enraizado no ativismo trans que, progressivamente, tem intensificado as suas mobilizações em torno da despatologização das identidades trans, desafiando o modelo médico a retirar a “disforia de gênero” dos seus manuais de classificação. As pessoas trans são neste movimento protagonistas das suas histórias e reivindicam os seus direitos (Platero, 2014).

A utilização e a apropriação das categorias em volta das transexualidades não são partilhadas por todas as pessoas que não conformam as normas de gênero. Essas categorias comportam estigma e, por isso, cada pessoa encontra diferentes formas de se apresentar, nomear e pensar sobre si mesma (Missé, 2014). Cada forma de nomeação e, inclusive, de autonomeação é legítima, uma vez que são as pessoas que transportam esses nomes que se expõem à ignorância, à discriminação e aos preconceitos de quem prefere ver na sociedade uma “paisagem homogênea” em vez da riqueza da diversidade (Platero, 2014). A intenção subjacente à utilização do termo “trans” é a problematização do ódio transfóbico e da violência exercida contra as pessoas não conformes as normas de gênero (Missé, 2014).

Para os grupos oprimidos, a adoção de categorias coletivas pode ser necessária para a politização (Fuss, 1999) e para poder representar-se a si ou ao “outro”. No entanto, o uso estratégico desta utilização deve ser constantemente monitorizado (Coll-Planas, 2012). Como diz David Valentine (2007), “constantemente temos que prestar atenção a políticas de linguagem, não só pelo seu conteúdo, mas pela sua capacidade para construir o mundo” (p. 243).

Desta forma, deixa-se em aberto muitas destas possibilidades de compreensão do “trans”, quer porque conceptualmente se percebe que deve ser assim, quer porque na escuta de sujeitos se quis proporcionar espaços de (auto-)denominação.

## Referências

ATTTA (n.d.). *Derecho a la Identidad: Ley de Identidad de Género y Ley de Atención Integral de la Salud para Personas Trans*. Obtido em: [www.attta.org](http://www.attta.org)

Balzer, C. (2010). "Eu acho transexual é aquele que disse: 'eu sou transexual'". Reflexiones etnológicas sobre la medicalización globalizada de las identidades trans a través del ejemplo de Brasil. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.). *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 81-96). Barcelona, Egales.

Benjamin, H. (1966). *The Transsexual Phenomenon*. Obtido em: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20-%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>

Bento, B. (2008). *O que é a transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.

Brandão, A. M. (2008). Dissidência sexual, gênero e identidade. In Atas do IV Congresso Português de Sociologia. *Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Cabezas, L. P., Ortega, E., & Galán, J.I.P (2013). Adolescentes transexuales en las aulas. Aproximación cualitativa y propuestas de intervención desde la perspectiva antropológica. In O. Cabrera & L. Cabezas (Eds.), *Transexualidad, adolescencias y educación: miradas multidisciplinares* (pp.189-216). Barcelona, Madrid: Egales Editorial.

Coll-Planas, G. (2010). Introducción. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.). *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, (pp. 15-25). Barcelona: Egales.

Coll-Planas, G. (2012). "El circo de los horrores". Una mirada interseccional a las realidades de lesbianas, gays, intersex y trans. In R. L.

Platero (Ed.). *Intersecciones: cuerpos y sexualidades en la encrucijada. Temas contemporâneos* (pp. 255-276). Barcelona: Edicions Bellaterra.

Ehrensfat, D. (2011). *Gender born, gender made: Raising healthy gender-nonconforming children*. New York, NY: The Experiment, LLC.

Feinberg, L. (1992). *Transgender Liberation: a movement whose time has come*. New York, NY: World View Forum.

Fernández-Fígares, K. (2013). Las personas variantes de género en la educación. In O. Cabrera & L. Cabezas (Eds.), *Transexualidad, adolescencias y educación: miradas multidisciplinares* (pp.293-316). Barcelona, Madrid: Egales Editorial.

Fuss, D. (1999). *En essència: feminisme, naturalesa i diferència*. Vic, Barcelona: Eumo Editorial.

Garaizabal, C. (2010). Transexualidades, identidades e feminismos. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.), *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 125-140). Barcelona: Egales.

Hall, S. (1996). Introduction: Who Needs 'Identity'? In S. Hall & P. Du Gay (Eds.), *The question of cultural identity* (pp. 1-17). Londres: SAGE Publications.

Hausman, B. (1995). *Changing Sex, transsexualism, technology and the idea of gender*. Londres: Duke University Press.

Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Obtido em: <https://www.>

sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\_POPULA%C3%87%C3%83O\_TRANS.pdf?1334065989

Lopes, F. H. (2014). Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 157-180). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.

Missé, M. (2014). *Transexualidades: Outras Miradas Posibles*. 2ª Edición. Barcelona, Madrid: egales editorial.

Moreira, F. (2014). Não-vidência e transexualidade: questões transversais. In J. G. Jesus (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 125-135). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.

Nieto, P. (1998). *Transexualidad, transgenerism y cultura*. Madrid: Talasa.

Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de gênero na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 19-44). Lisboa: CIG.

Oliveira, A. L. (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J. G. Jesus (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 87- 105). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.

Platero, R. L. (2014). *Trans\*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: edicions bellaterra.

Prince, V. (2005). Sex versus gender. In R. Ekins & D. King (Eds.), Virginia Prince. *Pioneer of transgendering* (pp.29-32). Binghamton, NY: The Haworth Medical Press.

---

Rodrigues, L. (2016). *Viagens Trans(Gênero) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Saraiva, M. S. (2014). Gênero e orientação sexual: uma tipologia para o movimento transfeminista. In J. G. Jesus (Ed.), *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 43-68). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.

Stryker, S. (2008). *Transgender history*. Berkeley, CA: Seal Press.

Teixeira, F. (2013). *Dispositivos de dor: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades*. São Paulo: Annablume.

Valentine, D. (2007). *Imagining transgender. Na ethnography of a category*. Durham: Duke University Press.